

## **XVII CONFERÊNCIA IBERO-AMERICANA DOS MINISTROS E MINISTRAS DE ADMINISTRACIÓN PÚBLICA E REFORMA DO ESTADO**

**Bogotá, 7 e 8 de julho de 2016**

### **CONSENSO DE BOGOTÁ**

Nós, os Ministros e delegados de Administração Pública e Reforma do Estado, reunidos durante os dias 7 e 8 de julho de 2016, na cidade de Bogotá, sob a iniciativa e liderança do Governo da Colômbia através do Departamento Administrativo da Função Pública – DAFP, a Escola Superior de Administração Pública – ESAP, e o Centro Latino-americano de Administração para o Desenvolvimento – CLAD:

*Destacando* a relevância e pertinência das reuniões ministeriais de administração pública e reforma do Estado, como cenários idôneos para discutir os desafios prioritários enfrentados pelas administrações públicas da região ibero-americana.

*Reafirmando* o nosso compromisso com o fortalecimento da integridade e a confiança nas entidades e instituições da administração pública através de três pilares fundamentais: a entrega de informação de maneira eficiente, transparente e inclusiva; a participação de uma cidadania capaz de exercer controle social e de exigir os seus direitos; e servidores públicos comprometidos e cada vez mais profissionalizados.

*Conscientes* de que a região ibero-americana está comprometida com o fortalecimento da confiança nas entidades e instituições estatais, e com um enfoque de governo que permita aprofundar o acesso a espaços de participação cidadã adequados aos contextos e dinâmicas de nossa região, que contribuirão de maneira significativa para a deliberação pública; e que neste sentido, a “Carta Ibero-americana de Governo Aberto” constituirá uma plataforma relevante para a articulação dos elementos requeridos para este fim.

*Tendo* centrado os nossos trabalhos na administração pública e nos jovens, sendo este último um dos três eixos centrais que serão objeto de discussão na Reunião Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo a realizar-se nos dias 28 e 29 de outubro, na cidade de Cartagena das Índias.

*Destacando* que estamos diante da geração jovem mais e melhor preparada, com maior acesso à educação, e com um manejo adequado das tecnologias da informação, determinantes para encarar os desafios de nossa sociedade e suas administrações públicas.

*Ressaltando* a pertinência de dotar de uma perspectiva geracional o conjunto das políticas públicas, situando-as como políticas transversais.

*Evidenciando* a necessidade de desenhar e implementar políticas públicas inovadoras e integrais que respondam a uma análise crítica das problemáticas relativas à administração pública e às juventudes, e que, por sua vez tomem em consideração as diversas, complexas e desiguais realidades dos países da comunidade ibero-americana.

*E reconhecendo* a importância da promoção do diálogo e alto nível em torno do vínculo existente entre jovens, políticas de juventude, administração pública e reforma do Estado.

### **Acordamos:**

1. Impulsionar transformações em nossas administrações públicas que permitam uma maior participação dos jovens, e que favoreçam a construção de sistemas integrados e integrais em políticas de juventude.
2. Promover a integração dos jovens na administração pública e, neste sentido, qualificar a formação através de parcerias entre os centros de formação públicos ou privados, a academia, grupos de jovens e os governos, os laboratórios de inovação pública ou figuras similares, entre outros.
3. Apoiar a iniciativa de um Pacto Ibero-americano da Juventude, mediante o aprofundamento de políticas públicas sobre juventude e através do estímulo de acordos de concertação entre atores públicos e privados para o desenvolvimento juvenil.
4. Solicitar, no âmbito deste pacto, ao Centro Latino-Americano de administração para o Desenvolvimento (CLAD), à Secretaria Geral Ibero-americana (SEGIB) e ao Organismo Internacional de Juventude para Ibero-América (OIJ), que desenvolvam uma agenda conjunta orientada ao fortalecimento das políticas públicas de juventude, na medida em que signifique um avanço importante das instâncias especializadas na matéria e na contribuição das administrações públicas para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
5. Promover uma oferta de formação de pessoal diretivo e técnico em políticas públicas de juventude, no contexto das ações regulares das entidades, escolas de Administração Pública, e outras; em conjunto com os organismos de juventudes, que possa propiciar a homogeneização de enfoques e estratégias neste campo e, por este meio, facilite a promoção de uma maior integração efetiva entre as diferentes políticas setoriais e transversais de juventude. Neste contexto, reconhecem os esforços da OIJ na consolidação do Manual de Formulação e Implementação de Políticas Públicas de Juventude e no desenvolvimento do Programa de Liderança Público Juvenil.
6. Instalar, no âmbito do CLAD, um Grupo de Trabalho Permanente sobre Políticas Públicas de Juventude, em articulação com a OIJ, apoiado pela SEGIB, e sob a coordenação, nesta oportunidade, do Departamento Administrativo da Função Pública da Colômbia, como país responsável pela Secretaria *Pro Tempore* da XXV Cumbre Ibero-Americana, que facilite o intercâmbio e apresentações em comum das experiências e aprendizagens, para dinamizar a cooperação horizontal no contexto das políticas públicas.
7. Solicitar à SEGIB o apoio ao CLAD no desenvolvimento de políticas públicas, boa governança e fortalecimento institucional. Neste contexto, a SEGIB e o CLAD realizarão uma planificação conjunta.
8. Aprovar "*ad referendum*" a "Carta Ibero-americana de Governo Aberto", sujeita à inclusão das observações expressas pelos ministros e chefes de delegação no contexto da Conferência, como um documento estratégico e de referência que identifica e desenvolve critérios e

princípios orientadores para gerar políticas públicas integrais e transversais a todo o Estado, a partir da perspectiva da boa governança e da qualidade do serviço público, que

espelhe as particularidades presentes no tecido institucional, normativo, cultural e social dos países da região, e ao mesmo tempo, articule os esforços desdobrados no conteúdo das Cartas Ibero-americanas previamente aprovadas e aplicadas.

Igualmente, evidenciando que a ideia de governo aberto é, em toda a sua amplitude e significado, um tema de alcance político e de defesa de direitos, de redistribuição e trabalho conjunto na participação pública; do uso das novas tecnologias da informação (TIC) para a redução das desigualdades e assimetrias; da criação e o acesso aos espaços de participação cidadã e deliberação pública; de prestação de contas, responsabilidade e controle social efetivo; de um processo mais substantivo de diálogo, consenso e construção entre Estado e sociedade civil. Em definitivo, que o governo aberto implica na sua base uma mudança cultural, um novo instrumento para o bom governo: por, para e com a cidadania.

Os governos da Nicarágua e da Venezuela não formam parte da “Carta Ibero-Americana de Governo Aberto”.

9. Aprovar, “*ad referendum*”, sujeito à inclusão das observações expressas pelos ministros e chefes de delegação no contexto da Conferência, o “Guia de Referência Ibero-americana de competências laborais para o Sector Público”, o qual apresenta um repertório de competências estratégicas, fundamentais para a implementação dos documentos e cartas acordadas no âmbito do CLAD, relativas à modernização e fortalecimento da qualidade das Administrações Públicas. Através deste instrumento, cada administração pode gerar, atualizar, ou completar, a revisão aplicável em sua esfera de atuação.
10. Aprovar as áreas temáticas e os eixos transversais do “Programa Acadêmico Regional 2017-2018 da Escola Ibero-americana de Administração e Políticas Públicas-EIAPP”, cujo objetivo é proporcionar uma formação contínua e profissionalizada aos servidores públicos, que lhes permita enfrentar os constantes e variáveis desafios à capacidade de resposta e iniciativa dos governos da nossa região.

### **Igualmente acordamos:**

Agradecer ao Governo da República da Colômbia, liderado pelo Senhor Presidente da República da Colômbia, Juan Manuel Santos, representado pelo Departamento Administrativo da Função Pública – DAFP, e à Escola Superior de Administração Pública – ESAP, com o apoio do Ministério das Relações Exteriores, pela excelente organização da conferência, pela sua generosa hospitalidade e a sua contribuição ao clima de confraternidade ibero-americana que caracterizou esta reunião.

Agradecer ao CLAD e à SEGIB por seu apoio e colaboração na realização desta conferência.

Realizar as gestões necessárias, em colaboração com o CLAD, para garantir a convocatória de uma próxima Conferência Ibero-americana de Ministras e Ministros de Administração Pública e Reforma do Estado, no contexto da próxima Cúpula Ibero-Americana.



Todos nós, participantes desta XVII Conferência Ibero-Americana de Ministros e Ministras de Administração Pública e Reforma do Estado, queremos expressar a nossa mais profunda solidariedade com o Governo e o povo da Colômbia pelos êxitos conquistados até a presente data no desenvolvimento do processo de Paz.